

## GONÇALVES DE MAGALHÃES NOS ALBORES DO ROMANTISMO BRASILEIRO

Andrey Pereira de Oliveira  
Doutor em Letras (Literatura e Cultura)  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
(andrey2oliveira@hotmail.com)

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo estudar o papel exercido por Gonçalves de Magalhães nos primeiros momentos da formação do Romantismo Brasileiro, nos meados da década de 1830 – época da inauguração de nosso nacionalismo literário. Mais precisamente, analisaremos seu “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil”, publicado na Niterói – Revista Brasiliense, bem como seu livro de poemas Suspiros poéticos e saudades, considerado a obra inaugural do nosso movimento romântico.

**Palavras-chave:** Romantismo brasileiro; Gonçalves de Magalhães; Nacionalismo

**ABSTRACT:** In this work aims to study the role played by Goncalves de Magalhaes in the first moments of the formation of Brazilian Romanticism in the mid-1830s. More precisely, his Essay on the “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil”, published in *Niterói – Revista Brasiliense*, and his book of poems and poetic longing sighs, the main work of our inaugural Romantic movement.

**Keywords:** Brazilian Romanticism; Gonçalves de Magalhães; Nationalism

### A passagem pelo Instituto Histórico de Paris

Em meados de 1834, um grupo de intelectuais brasileiros que assumia um discurso nacionalista no âmbito político e sobretudo cultural, composto por Domingos José Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto Alegre e Francisco de Sales Torres Homem, encontrava-se nos auditórios do Instituto Histórico de Paris, onde leram comunicações em que se percebem suas preocupações em discutir e redefinir a realidade cultural e científica do Brasil<sup>1</sup>. Segundo Antônio Soares Amora (1977, p. 86-88), Magalhães apresentou uma comunicação breve, na qual não avançava

<sup>1</sup> A oportunidade dada a esses escritores de discutirem a cultura brasileira em Paris lhes foi franqueada por François Eugène Garay de Monglave. Idelizador e secretário-perpétuo do Instituto Histórico de Paris, fundado em dezembro de 1823, Monglave foi um entusiasta e divulgador das coisas do Brasil, onde estivera em 1814 na condição de oficial de Estado-maior e diretor de Instituição Pública. Sua influência foi fundamental para a admissão como sócios do Instituto Histórico não só de Porto-Alegre, Torres Homem e Magalhães, como de diversos outros brasileiros de menor importância, cuja frequência na casa quase desaparece com o seu afastamento do cargo. Entre seu livros, aparecem suas traduções de Marília de Dirceu (1925) e de Caramuru (1929), esta última em prosa, além da obra *Correspondance de D. Pedro Premier, Empereur constitutionnel du Brésil, avec le feu Roi de Portugal, Don Jean VI, son père, durant les troubles du Brésil* (1827), que vinha ainda acompanhada de uma biografia propagandística de Dom Pedro I, de quem gozava da amizade (FARIA, 1970, p. 13-16, 56).

muito além de anunciar a elaboração de uma história literária do Brasil – que seria publicada na revista Niterói em 1836, com o título de “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil” – dela já apresentando alguns pontos fundamentais. Torres Homem, por sua vez, apresentou um panorama das Ciências no Brasil, mostrando uma evolução ocorrida desde a época do Brasil-colônia, quando a cultura brasileira era sufocada pelo colonialismo português, passando pelo período da permanência da Família Real no país, quando houve um considerável progresso científico, até a independência, quando foi possível a cultura científica desenvolver-se de forma livre e fecunda. Já Porto Alegre, em sua comunicação que versava sobre as artes no Brasil, após apontar a importância dos colonizadores e dos jesuítas na introdução, respectivamente, das artes e da literatura, e afirmar que arte da época colonial era toda importada, e que apenas no século XVIII foram surgindo nossos primeiros destaques nas artes, literatura e ciências, ele realça como fundamentais ao pleno desenvolvimento das artes no Brasil o estabelecimento da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, bem como as participações da missão artística de 1816.

O papel desse grupo no movimento de atualização e progresso da cultura nacional e romântica não se restringe a essas comunicações lidas no Instituto Histórico da França. Também fundamentais são os dois passos dados em 1836: a publicação de Suspiros poéticos e saudades, de Gonçalves de Magalhães, bem como de Niterói – Revista Brasiliense, editada em conjunto pelo grupo. Apesar de, como afirma Antônio Soares Amora (1977, p. 87), a comunicação exposta por Porto Alegre, entre as três lidas pelos brasileiros em 1834, ter logrado ser a “mais longa e substanciosa de fatos e considerações”, caberá a Gonçalves de Magalhães, a partir de 1836, o lugar de maior destaque.

### **O ensaio de Magalhães na Niterói – Revista Brasiliense**

Publicada em Paris, a Niterói – Revista Brasiliense, que sobreviveu por apenas dois números, anunciava já na palavra indígena de seu título, bem como no gentílico de seu subtítulo, sua proposta nacionalista. Assim como a Revista Filomática, possuía uma pauta bastante vasta que ia desde textos de ordem política, econômica e industrial até os artigos sobre música, filosofia e literatura, todos atentos à necessidade de se discutir a realidade do país. Deste conjunto, no campo

das letras, merece destaque o “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil”<sup>2</sup>, de Gonçalves de Magalhães, que na verdade já vinha sendo esboçado e divulgado pelo menos desde 1834, tendo sido em parte anunciado na França.

O ensaio pode ser analisado em duas partes distintas, apesar de ser dividido em quatro seções. Na primeira, constituída pelas três primeiras seções, o autor esboça uma espécie de vista geral sobre a história da literatura do Brasil, propondo-se as seguintes questões: “Qual é a origem da literatura brasileira? Qual o seu caráter, seus progressos, e que fases tem tido? Quais os que a cultivaram, e quais as circunstâncias que em diversos tempos favoreceram ou tolheram o seu florescimento?” (MAGALHÃES, 1994, p. 24). Respondendo a estas questões, Magalhães vale-se de dados históricos e aponta a opressão que tolhia o desenvolvimento intelectual do Brasil, à época, colônia de Portugal, fechando-lhe “todas as portas e estradas que podiam conduzi-lo à ilustração” (p. 28). Acerca da origem da literatura brasileira, afirma que “A poesia brasileira não é uma indígena civilizada; é uma Grega vestida à francesa e à portuguesa, e climatizada no Brasil” (p. 36). Ao filiar a Portugal, destaca a “mesquinhês” da herança e o transporte do paganismo clássico:

Não se pode lisonjear muito o Brasil de dever a Portugal sua primeira educação; tão mesquinho foi ela que bem parece ter sido dada por mãos avaras e pobres; contudo boa ou má d’ele herdou, e o confessamos, a literatura e a poesia, que chegadas a este terreno americano não perderam o seu caráter europeu. Com a poesia vieram todos os deuses do paganismo, espalharam-se pelo Brasil, e dos céus, e das florestas, e dos rios se apoderaram (p. 36).

Neste ponto, o autor repete o discurso de Garrett e Denis<sup>3</sup>, condenando a subserviência à tradição clássica e o desprezo pelas imagens oferecidas em profusão pela natureza virgem do país, disso resultando que “muitas vezes poetas brasileiros se metamorfoseam em pastores da Arcádia, e vão apascentar seus rebanhos imaginários nas margens do Tejo, e cantar à sombra das faias” (p. 38). Renegando a imitação em favor da invenção, do gênio e da novidade, Magalhães assevera que “O que mais dá realce e nomeada a alguns de nossos poetas não é

---

<sup>2</sup> Ao recolher este texto em seu *Opúsculos históricos e literários* (1865), Magalhães alterou o título para “Discurso sobre a história da literatura brasileira”.

<sup>3</sup> Sobre o papel de Almeida Garrett e Ferdinand Denis no desenvolvimento da mentalidade nacionalista brasileira, ver OLIVEIRA (2005).

certamente o uso dessas sedições fábulas, mas sim outras belezas naturais, não colhidas nos livros, e que só o céu da pátria lhes inspira” (p. 37).

Quanto às fases da literatura brasileira, o autor as identifica com as fases da história: a colonial e a que se inicia em 1808. Afirma, então, que “É no século XVIII que se abre verdadeiramente a carreira literária para o Brasil, sendo a do século anterior tão minguada que apenas serve para a história” (p. 42). Já aos escritores da fase seguinte, principiada juntamente com o século XIX, portanto contemporânea ao ensaísta, caberia reparar o passado e fazer marchar a nação, desenvolvendo os elementos caros à civilização (p. 34). Neste novo contexto, superada a escravidão colonial, e sendo um reflexo das mudanças e reformas, a literatura e a inteligência brasileiras apresentam-se em novo aspecto, embasadas nos ideais nacionalistas:

Uma só ideia absorve todos os pensamentos, uma ideia até então quase desconhecida; é a ideia da pátria; ela domina tudo, e tudo se faz por ela, ou em seu nome. Independência, liberdade, instituições sociais, reformas políticas, todas as criações necessárias em uma nova Nação, tais são os objetos que ocupam as inteligências, que atraem a atenção de todos, e os únicos que ao povo interessam (p. 43).

Seria, então, a ideia da pátria o caminho a ser seguido para o desenvolvimento da literatura brasileira, a qual era ainda uma “literatura sem um caráter nacional pronunciado, que a distingua da portuguesa” (p. 44).

Já na segunda parte do ensaio, ou seja, na quarta seção, o autor propõe-se novas questões e se interroga: “Pode o Brasil inspirar a imaginação dos poetas, e ter uma poesia própria? Os seus indígenas cultivaram porventura a poesia?” (p. 44). Para responder estas questões, Magalhães, filiando-se à linha de pensamento de Herder, Montesquieu e M<sup>me</sup> de Staël, apropria-se do princípio em voga na época segundo o qual as características ambientais de uma determinada região exercem fundamental influência no espírito dos seus habitantes, o que era o mesmo que defender a influência do clima na produção das artes. Assim respaldado, em conclusão a um parágrafo inteiramente dedicado a louvar a natureza brasileira em moldes que lembra o ufanismo de Botelho de Oliveira ou Frei Manuel de Santa Maria Itaparica, Magalhães conclui que “(...) este abençoado Brasil com tão felizes disposições de uma pródiga natureza, necessariamente devia inspirar os seus

primeiros habitantes; os Brasileiros músicos e poetas nascer deviam” (p. 46). E para comprovar o cultivo que os índios faziam da poesia e música, reporta-se ao tratado de Gabriel Soares de Sousa – que à época da escritura do ensaio de Magalhães ainda era considerado um manuscrito antigo de autoria ignorada – de onde transcreve passagens afirmando a aptidão dos tamoios, caetés e tupinambás para a música e comentando a grande estima que estes tinham de todos.

Dessa forma, Magalhães conclui seu texto afirmando que o fato de até então a poesia brasileira, a despeito da possibilidade de uma poesia original inspirada pelo país, não oferecer um caráter inteiramente novo e particular, devia-se à falta de força dos poetas “para se despojarem do jugo dessas leis arbitrarias dos que se arvoram em legisladores do Parnaso” (p. 49). Além disso, Magalhães lamenta não terem os jesuítas recolhido amostras dos cantos dos nativos, uma vez que “Talvez tivessem eles de influir na atual poesia brasileira, como os cânticos dos bardos influíram na poesia do Norte da Europa, harmonizando seus melancólicos acentos com a sublime gravidade do cristianismo” (p. 49).

É evidente a influência de Ferdinand Denis no “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil”, principalmente na forma como se posiciona Magalhães, respondendo afirmativamente a estas duas últimas questões. No entanto, se ambos afirmaram o poder inspirador da natureza brasileira e a aptidão dos nativos para a música e poesia, apenas Ferdinand Denis defendeu como um ponto fundamental para a nacionalização da literatura brasileira que os índios fossem tomados como tema.

### **Suspiros poéticos e saudades – o livro inaugural do Romantismo brasileiro**

No mesmo ano da publicação da Niterói – na verdade, meses antes dela – Magalhães lançou Suspiros poéticos e saudades, seu segundo volume de versos, visto que em 1832 já publicara *Poesias*. Nesse livro, que é considerado por quase todos os críticos e historiadores de nossa literatura como o inaugurador do Romantismo no Brasil, o poeta faz acompanhar as suas poesias um prefácio intitulado “Lede” onde expõe “o fim, o gênero e a forma” de sua obra. Ao tratar do “fim”, Magalhães (1986, p. 41) afirma que pretende indicar “apenas no Brasil uma nova estrada aos futuros engenhos”. Com um discurso de fundo moral e cristão,

emenda que cabe à poesia “santificar as virtudes, e amaldiçoar os vícios” (p. 41) e ao poeta, “empunhando a lira da razão, cumpre-lhe vibrar as cordas eternas do Santo, do Justo, e do Belo” (p. 41). Já ao comentar o “gênero”, Magalhães limita-se a condenar o uso de elementos mitológicos, que considera como “Antigos e safados ornamentos, de que todos se servem, a ninguém honram” (p. 43). Por fim, quanto à “forma”, recrimina a monotonia derivada da igualdade, regularidade e simetria dos versos, rimas e estâncias, e diz não ter seguido nenhuma ordem, “exprimindo as ideias como elas se apresentaram, para não destruir o acento da inspiração” (p. 43-44). Além disso, antecipando-se ao ataque dos puristas, defende a utilização que faz de palavras que não constavam dos dicionários portugueses com o argumento de que, com o progresso da civilização e das ciências, as línguas vivas enriquecem-se, cobrando, por conta das novas ideias, novos termos.

Em virtude do contexto de ideias nacionalistas e americanistas contemporâneas à publicação de Suspiros poéticos e saudades, é de se estranhar nesse prefácio a falta de referências explícitas à natureza e ao homem americano como fonte de inspiração poética. O máximo que se vê são as brevíssimas menções dos três últimos parágrafos à “Pátria”, todas sem qualquer profundidade ou consequência. Mais estranho ainda é perceber que Magalhães, também à revelia do que predominava à época, não só desdenha das questões americanas e indianistas como coloca-se contrário à exaltação do mito do bom selvagem, que estava na base daquelas questões, como se percebe claramente nesta passagem em que comenta a obra de Sousa Caldas:

Compõe-se uma grande parte de suas obras de traduções; e quando ele é original causa o mesmo dó que cantasse o homem selvagem<sup>4</sup> de preferência ao homem civilizado, como se aquele a este superasse, como se a civilização não fosse obra de Deus, a que era o homem chamado pela força da inteligência, com a que a Providência dos mais seres o distinguira! (MAGALHÃES, 1986, p. 42-43).

---

<sup>4</sup> Magalhães refere-se à famosa ode “Ao homem selvagem”, que, segundo Sacramento Blake (apud FRANCO, 2000, p. 308), fora escrita em 1783 e publicada no Parnaso Lusitano, em Paris, no ano de 1827.

## A poesia de Suspiros poéticos e saudades

No que diz respeito à coleção dos poemas propriamente ditos, pode-se afirmar que Suspiros poéticos e saudades apresenta-se ambíguo, transitando entre as reminiscências clássicas – como uma certa rigidez e artificialismo árcades, além das alusões à mitologia greco-romana – e algumas inovações românticas percebidas, sobretudo, no conteúdo temático de alguns poemas: o cristianismo, a descrição de monumentos e sítios da Europa, e a melancolia expressa tanto na tematização da morte quanto no sentimento patriótico. Na “Invocação ao anjo da poesia”, poema que abre o livro, o eu-lírico, coerente com o que havia sido exposto no prefácio, reitera a renúncia ao clássico:

Castas Virgens da Grécia,  
Que os sacros bosques habitais do Pindo!  
Ó Numes tão fagueiros,  
Que o berço me embalastes  
Com risos lisonjeiros,  
Assaz a infância minha fascinastes.  
Guardai os louros vossos,  
Guardai-os, sim, qu’eu hoje os renuncio.  
Adeus, ficções de Homero!  
Deixai, deixai minha alma  
Em seus novos delírios engolfar-se,  
Sonhar co’as terras do seu pátrio Rio.  
(MAGALHÃES, 1986, p. 52)

Se, por um lado, as “ficções de Homero” não mais estão presentes nos versos de Magalhães, por outro, as terras do “pátrio Rio” só aparecem em sonhos minguados. Apesar de o vocábulo “Pátria” – grafado sempre em maiúscula – ser utilizado em quase todos os poemas, o sentimento patriótico de Magalhães é um canto bastante superficial. Isto porque a evocação da pátria – restrita em muitos dos casos ao uso reiterado do vocábulo – mostra-se insuficiente para presentificá-la, não trazendo nenhuma descrição seja mais realista, seja mais (romanticamente) idealizada. No poema “O dia 7 de setembro, em Paris”, por exemplo, não só não há o desenvolvimento da questão da independência do Brasil anunciada no título, como também não há a descrição das belezas do país:

Lá, no teu seio, a vida respirando  
**RevLet – Revista Virtual de Letras**  
Volume 2, Número 1/2010  
ISSN: 2176-9125

Tranquilo e sossegado,  
 Ou no mar agitado, à morte exposto,  
 Ou aqui nesta plaga tão remota,  
 Fiel te sou, ó Pátria; não te olvido  
 Pelas grandezas que me oferece a Europa.  
 Estes eternos monumentos d'arte,  
 Estas colunas, maravilhas mortas,  
 Estas estátuas colossais de bronze,  
 Estes jardins soberbos, estes templos  
 São belos: mas não são de minha Pátria.  
 Tuas virgens florestas, e teus templos  
 Mais me aprazem que tudo o que aqui vejo  
 (MAGALHÃES, 1986, p. 378).

Nestes versos – bem como, de um modo geral, no resto do poema e em todo o livro – mais aparecem as riquezas da Europa que as da América, como se as lembranças telúricas do eu-lírico fossem vencidas pelo olhar que está presente nas coisas da Europa. Conceção semelhante estrutura o poema “Suspiro à Pátria” (MAGALHÃES, 1986, p. 215-225), em que o eu-lírico presente em Roma, lamentando a distância que o separa da pátria, lança um suspiro saudoso que, antes de atravessar o oceano e chegar até o Rio de Janeiro, percorre diversas cidades da Europa, o que o faz deter-se bem mais nas paisagens e construções europeias de que nas de seu país. Isto fica comprovado ao se perceber que dos cento e noventa e três versos do poema, apenas os últimos trinta e três são dedicados a cantar a pátria distante.

Ao lado desse patriotismo de tom nostálgico e passivo, apresenta-se um outro menos frequente que assume um teor mais combativo e político, lembrando em muitos momentos os versos patrióticos de José Bonifácio. É o caso de “Os suspiros da Pátria”:

E vós, que a fronte ergueis de nós acima,  
 Vós, que empunhais da governança o leme,  
 Vós, que velar devíeis, até quando  
 Fareis da Pátria o patrimônio vosso  
 E tolhereis seus passos?  
 (...)  
 Que fizestes, que em vossa glória fale?  
 Nada!... Passastes como secas folhas,  
 Que os ventos remoinham.

Basta, enfim basta de ilusão, de engano.  
 Mira a Pátria a grandeza;  
 Vós a empeceis; deixai o campo livre  
 À juventude, do progresso amiga.

Eu vos saúdo, Geração futura!  
 Só em vós eu confio.  
 Crescei, mimosa planta,  
 Sobre a terra da Pátria só regada  
 Com lágrimas e sangue.  
 Crescei, crescei da liberdade, ó filhos,  
 Para a Pátria salvar, que vos aguarda  
 (MAGALHÃES, 1986, p. 297-298).

No que concerne aos índios, em nenhum poema eles são eleitos como tema central. As referências a eles são mínimas, nunca ultrapassando breves alusões, como em “O gênio e a música” em que os nativos americanos – referidos em apenas cinco versos – são apenas uma das diversas sociedades descritas como influenciadas pelo gênio musical:

Nos Brasíliaicos sertões, duros Tamoios,  
 Intrépidos Caietés ao som se curvam  
 Da harmonia selvagem:  
 Como divinos, de Tupã mimosos,  
 Seus músicos respeitam  
 (MAGALHÃES, 1986, p. 409).

Mais interessante, no entanto, é a presença em outro poema de Paraguaçu, personagem indígena eternizada por Santa Rita Durão. Sua aparição no poema de Magalhães, ao contrário do que se poderia esperar, não se dá em meio à natureza brasileira, mas na corte europeia, uma vez que o poeta ao invés de revivê-la em sua vida selvagem como autêntica nativa da América, adere a uma ideologia colonialista, aludindo à viagem da Índia à França, na qual, como se sabe pelo cantado por Durão, ela abdicou de sua identidade americana e europeizou-se, tornando-se a católica Catarina:

Aqui Paraguassu, filha dos bosques,  
 Do esposo ao lado entrou extasiada,  
 Vendo a grandeza da europeia corte.  
 Um Rei lhe deu a mão; e uma rainha  
 Da boca sua ouviu as maravilhas  
 Do seu caro Brasil, então deserto  
 (MAGALHÃES, 1986, p. 143).

Se a rainha francesa pôde ouvir as maravilhas brasileiras da boca de Paraguaçu, o leitor do poema não tem a mesma sorte, pois o poeta, desobediente

ao que apregoara, dispensa a oportunidade de decantar a terra brasileira. Este descompasso entre o Magalhães poeta e o Magalhães promotor cultural da nacionalidade fica evidente sempre que se confronta suas propostas de nacionalização – expostas tanto no “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil” quanto no prefácio “Lede” – aos poemas de Suspiros poéticos e saudades, nos quais, como vimos, apesar da recorrência da evocação à pátria, tanto a natureza brasileira quanto os índios aparecem apenas como elementos secundários, dando razões para Antônio Soares Amora (1977, p. 92) afirmar que “Magalhães tinha mais capacidade para idealizar uma nova poesia brasileira, que sensibilidade para criá-la”. Os pressupostos nacionalizantes/indianistas de Magalhães só saíram da teoria à prática cerca de vinte anos mais tarde, em seu poema A confederação dos Tamoios, publicado em 1856, o qual foi motivo de uma das mais célebres polêmicas da história literária do país, tendo sido alvo da crítica dura e muitas vezes irônica de José de Alencar<sup>5</sup>.

Não só a poesia de Magalhães mostra-se menos ousada do que ele próprio propusera em seus textos teóricos, como, de um modo geral, pode-se perceber um certo recuo dos integrantes tanto da Sociedade Filomática quanto da Niterói em relação ao que Almeida Garrett e, mais acintosamente, Ferdinand Denis recomendavam em 1826 no que diz respeito ao indianismo. Apesar da importância indiscutível destes dois grupos para a discussão da questão da nacionalização da literatura, eles ficaram em propostas vagas que giravam sempre em torno da ideia abstrata da pátria. No caso específico de Magalhães, por exemplo, mesmo seguindo os passos de Denis no que concerne ao poder inspirador da natureza brasileira e à aptidão natural dos nativos para a música e a poesia, não chega a defender, como fizera o francês, o aproveitamento do elemento indígena como tema das obras literárias como um ponto fundamental para a nacionalização da literatura brasileira.

## Referências

AMORA, Antonio Soares. **O romantismo**. São Paulo: Cultrix, 1977.

---

<sup>5</sup> Sobre a questão ver Castello (1953).

CASTELLO, Aderaldo. **A polêmica sobre “A Confederação dos Tamoios”**. São Paulo: Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, 1953.

FARIA, Maria Alice de Oliveira. **Brasileiros no Instituto Histórico de Paris**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1970.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **O índio brasileiro e a revolução francesa: as origens brasileiras da bondade natural**. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. **Discurso sobre a história da literatura do Brasil**. Apresentação de Lêdo Ivo. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.

\_\_\_\_\_. **Suspiros poéticos e saudades**. Prefácios de Fábio Lucas e Sérgio Buarque de Holanda. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Instituto Nacional do Livro, 1986.

OLIVEIRA, Andrey Pereira de. **A poesia indianista de Gonçalves Dias**. João Pessoa, 2005. (Tese de Doutorado em Letras), Universidade Federal da Paraíba. 210 p.